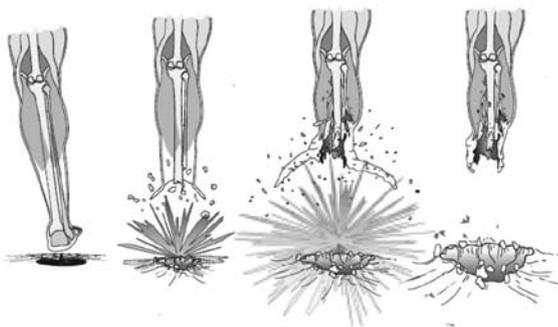




Os Fuzileiros Navais e as Missões de Desminagem Humanitária

O problema das minas antipessoais

As minas antipessoais (MAP) são artefatos traiçoeiros, que não perdoam. Destroçam membros e vidas sem possibilidade de reparação. Diferente de outras armas, que necessitam de alguém que aponte e dispare, as MAP são acionadas pelas próprias “vítimas”. Elas são projetadas para explodir quando uma pessoa pisa nelas, tropeça no arame de disparo conectado a mesma ou manipula-as. Uma vez instalada, seus efeitos são indiscriminados e de longa duração. Ainda hoje descobre-se MAP que foram instaladas durante a Segunda Guerra Mundial, minas que continuam matando ou ferindo 65 anos depois de finalizado o conflito. Esses artefatos mortíferos não diferenciam soldados de civis. Matam ou mutilam uma criança, que brinca distraída da mesma forma que um soldado em patrulha. Nas situações pós-conflito é mais freqüente que a vítima, em sua maioria mulheres e crianças, seja uma pessoa comum, ocupada com seus afazeres cotidianos.



Apesar de todas as feridas de guerra serem horríveis, as feridas produzidas pelas MAP são especialmente graves. A detonação de uma MAP pode arrancar uma ou ambas as pernas da vítima, ao mesmo tempo em que introduz resíduos de terra e de plantas, fragmentos de pedras, de metal e de plástico do revestimento da mina, pedaços do calçado e ossos estilhaçados para o interior dos músculos das pernas e das partes inferiores do corpo. Assim, além da traumática amputação do membro, existe, ainda, um grande perigo de infecção. Levando-se em conta que os médicos civis não vêem, frequentemente, ferimentos como esses, tratar um paciente ferido por uma mina pode ser um grande desafio para o mais competente dos cirurgiões.

Geralmente, se sobrevivem à explosão de uma MAP, as vítimas requerem múltiplas intervenções cirúrgicas e um longo tratamento de reabilitação. Como a maioria dos aci-

dentos com MAP acontece em países com limitados recursos, o acesso a cuidados e tratamento adequados é sempre muito difícil ou mesmo impossível. Além disso, o transporte da vítima a um centro médico, logo depois do acidente, é extremamente árduo. As vítimas podem tardar entre seis e 24 horas para chegar a um hospital equipado adequadamente e muitas delas morrem antes de alcançá-lo.

Aos amputados, além de adaptar-lhes uma prótese para que possam mover-se, é necessário também ocupar-se da sua dignidade e dos seus traumas psicológicos e, mesmo reabilitados, muitos continuam incapacitados, pois nem sempre podem trabalhar ou participar de atividades normais do dia-a-dia, por isso é possível que caiam em uma profunda depressão com poucas esperanças de reinserção social.

“As MAP destroçam membros e vidas sem possibilidade de reparação.”

A Desminagem Humanitária



Além do desolador impacto na vida das pessoas, as minas trazem graves repercussões no âmbito social e econômico, em particular para um país que tenta reconstruir-se, ao término de um conflito armado. A presença das minas inutiliza extensas partes do território nacional. Terras de cultivo, pastos e outras zonas para produzir alimentos se tornam inacessíveis, reduzindo a capacidade da comunidade em sustentar-se. Estradas e vias férreas minadas dificultam, em alto grau, o movimento de pessoas e de produtos, inclusive a distribuição de assistência humanitária.

A remoção das MAP, ainda que essencial, é um processo longo, perigoso e altamente dispendioso. Para se ter idéia, o custo aproximado da fabricação de uma mina é de 3 a 30 USD (dólar americano), enquanto que o valor para remoção de uma mina pode chegar de 300 a 1000 USD. Mesmo supondo que não se instalem mais minas no mundo, no ritmo atual da desminagem, seriam necessários 1100 anos e 33 bilhões de dólares para remover todas as minas existentes.

De acordo com as Normas Internacionais para as Atividades relativas às Minas (IMAS), o termo “Desminagem Humanitária” se refere às atividades realizadas com o objetivo de retirar minas e restos explosivos de guerra, incluindo o estudo técnico, levantamento cartográfico, sinalização, desminagem, documentação posterior à desminagem, contato direto com as comunidades afetadas e entrega à população civil das terras desminadas para utilização.

É conveniente, entretanto, fazer uma distinção entre a ‘Desminagem Humanitária’ e a ‘Desminagem Militar’. A primeira tem por objetivo destruir, de forma segura, todas as MAP e outros restos explosivos de guerra localizados em uma determinada zona e restituir as terras desminadas à população civil para sua utilização. A segunda, quando executada em combate, prioriza a rapidez em detrimento da segurança com o objetivo tático de transpor uma pequena área com as tropas até um determinado ponto (abertura de uma brecha).

A Doutrina Militar tradicional e o Direito Internacional Humanitário estabelecem requisitos claros para que as MAP sejam empregadas de forma “responsável”, em campos demarcados e registrados, mas raramente estas normas são respeitadas. As MAP têm sido empregadas, cada vez mais, como parte de uma guerra brutal e indiscriminada, especialmente nos áspersos conflitos internos que caracterizam as guerras dos últimos anos do século XX.

“É conveniente distinguir a Desminagem Humanitária da Desminagem Militar.”

A exclusão das MAP

Reconhecendo a gravidade do problema das minas, 90 países se reuniram, voluntariamente, em 1997 e negociaram o “Tratado de Ottawa”. Um acordo internacional em que se proíbe,



totalmente, o desenvolvimento, a produção, o armazenamento, a transferência e o emprego das MAP e exige-se a sua total destruição. Esse tratado é uma extraordinária vitória, pois pela primeira vez, os países entraram em acordo e – em conformidade com o Direito Internacional Humanitário – proibiram uma arma que já se empregava em grande escala. Milhões desses mortíferos artefatos “contaminam” mais de 70 países, provocando uma tremenda crise de índole humanitária e um dos problemas mais graves, já provocados pelo homem no nosso tempo. Ao estabelecer uma norma internacional clara contra as MAP, o Tratado de Ottawa, ao qual o Brasil aderiu oficialmente em 01 de outubro de 1999, é o primeiro passo decisivo até a meta de longo prazo, de ocupar-se da praga das MAP e de livrar o mundo dessas terríveis armas.

As missões de Desminagem Humanitária

MARMINCA

Na década de 80, durante o conflito entre a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e os rebeldes “CONTRA” financiados pelos Estados Unidos, foram colocados em solo nicaraguense 135.643 MAP. O território minado chegou a ter 409 quilômetros em 70 dos 145 municípios do país. As MAP foram colocadas em pontes, hidrelétricas, torres de alta tensão, bem como em centros militares e de comunicações, entre outras instalações. Com a chegada do furacão Mitch, que devastou o país em 1998, muitas MAP mudaram de localização sob efeitos das enxurradas, complicando a tarefa de remoção. Assim as MAP se tornaram uma das piores seqüelas da guerra na Nicarágua, pois além de afetarem vastas áreas de produção e da infra-estrutura nacional, ceifaram muitas vidas.



Em 1991, respondendo a apelos da comunidade internacional, a Organização dos Estados Americanos (OEA), solicitou, à Junta Interamericana de Defesa (JID), assessoria técnica no sentido de estabelecer um programa de desminagem que livrasse a Nicarágua do flagelo das MAP que infestavam as regiões de conflito desde os anos 80. Naquele mesmo ano, uma comissão de militares daquele órgão visitou a região, dando início aos trabalhos para a implantação do programa da OEA.

Em 1994 e 1995, com a mesma estrutura planejada para a Nicarágua, o programa desenvolveu atividades de desminagem em Honduras. Em 1996, foi organizada a Missão de Assistência à Desminagem na América Central (MARMINCA em espanhol), subordinada à JID, dando seguimento aos trabalhos na Nicarágua e Honduras, que se estenderam, posteriormente, à Guatemala e Costa Rica. Em 1997, foi formalmente estabelecido o Programa de assistência à Desminagem na América Central (PADCA em espanhol), que estabelece as responsabilidades da OEA, JID, países receptores (Nicarágua, Honduras, Guatemala e Costa Rica), países contribuintes (membros da JID que fornecem pessoal militar para supervisionarem as atividades de desminagem) e países donantes (que oferecem os recursos financeiros para o programa).

A MARMINCA é composta de militares designados para desempenhar a função de supervisor/monitor internacional. A missão possui um chefe, do posto de tenente-coronel, coronel ou equivalente. Os supervisores e monitores devem ser oficiais com um posto não superior ao de capitão ou suboficiais/sargentos, serem especializados em Engenharia, terem experiência prática no manuseio de MAP, domínio do espanhol, conhecimento de primeiros-socorros, além de estarem em excelentes condições física, psicológica e médica.

MARMINAS

O problema de MAP, envolvendo o Perú e o Equador, foi resultado da Guerra de Cenepa (na área do rio que leva esse nome) deflagrada entre janeiro e fevereiro de 1995, em função de uma divergência sobre as fronteiras que foram estabelecidas em 1942, e que, posteriormente, foi

solucionada no “Protocolo do Rio”. Desde então, os governos de ambos os países têm se comprometido com a tarefa de eliminar as MAP de seus respectivos territórios.

No ano de 2002, um oficial brasileiro do Estado Maior da JID e supervisores brasileiros da MARMINCA realizaram, em caráter excepcional, contatos e atividades de treinamento com militares equatorianos e peruanos, com vistas à assessoria técnica que cabe à JID prestar à OEA em relação ao seu programa de desminagem, agora ampliado no seu alcance e sob nova denominação - Ação Integral contra as MAP nas Américas (AICMA em espanhol).

Em Junho de 2003, a JID, apoiando tal esforço da OEA, ativou a Missão de Assistência para a Remoção de MAP da América do Sul (MARMINAS), com a designação de nove monitores internacionais para o Peru e Equador.

Grupo de Monitores Interamericanos na Colômbia

País amazônico, caribenho e andino, a Colômbia se caracteriza pela sua grande variação geográfica e climática. Situada no noroeste da América do Sul, a República da Colômbia é o único país do continente a ser banhado tanto pelo Oceano Pacífico como pelo mar do Caribe. As florestas tropicais cobrem dois terços do país e o restante do território é ocupado pelas Cordilheiras do Andes e pelas regiões da costa, onde vivem cerca de 90% da população.

O país vive um conflito armado interno desde 1964, contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – maior guerrilha comunista em atividade na América Latina – e o Exército de Libertação Nacional (ELN) que, supostamente, têm como um de seus objetivos proteger os pequenos agricultores contra os grandes latifundiários. Como reação, os fazendeiros armaram milícias paramilitares, intituladas Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), que combatem a guerrilha, mas também atacam a população civil suspeita de apoiá-la. Para obter recursos e pressionar o governo, tanto guerrilheiros como paramilitares criaram uma indústria de seqüestros. Nesse cenário caótico, atua também no país em uma escala fora de controle, o narcotráfico, que está associado tanto aos guerrilheiros quanto aos paramilitares, o que lhes garante as rotas de distribuição. Assim, definem-se as regras de uma guerra sem precedentes no continente americano.

Entre 1999 e 2008, ocorreram aproximadamente 6,696 vítimas de acidentes com MAP e Artefatos Explosivos Improvisados (AEI) na Colômbia. Devido ao aumento do conflito, que se intensificou desde 2002 após o presidente Álvaro Uribe adotar como meta de governo o combate total à guerrilha, houve um substancial aumento de ocorrências de vítimas fatais. A grande maioria das vítimas são militares, mas suspeita-se de que haja omissão no número dos acidentes com civis.



O início das operações de Desminagem Humanitária na Colômbia ocorreu em setembro de 2005, com dois novos e importantes fins a se considerar: executar a Desminagem Humanitária em uma região que continua sendo palco de um conflito interno de grandes proporções e a utilização em grande escala dos Artefatos Explosivos Improvisados (AEI), o que aumenta bastante a complexidade nos trabalhos de detecção e neutralização.

O Grupo de Monitores Interamericanos da Colômbia começou como um desdobramento da MARMINAS e hoje assumiu o papel independente de protagonista de um trabalho pioneiro extraordinário.

O papel do CFN



O CFN contribui de forma ímpar para a nobre e árdua tarefa de conquistar um mundo livre de MAP. São selecionados e designados, anualmente, em média quatro Oficiais e duas Praças da arma de Engenharia para as missões de Desminagem Humanitária. Atualmente é exigida desses militares a fluência no idioma espanhol, comprovada em Teste de Suficiência de Idiomas da Diretoria de Ensino da Marinha; a realização do Curso Especial de Desminagem Humanitária do CFN, a cargo da Escola de Operações de Paz; e uma conduta militar exemplar compatível com a representatividade deste tipo de missão.

Nessa missão o Fuzileiro Naval exercerá em outra nação, uma função de extrema responsabilidade, sendo observado, diariamente, por militares de outros países.

Desde o ano de 1992, o CFN já enviou 41 Oficiais e 24 Praças para as missões de Desminagem Humanitária na América Central, na Fronteira Peru/Equador e na Colômbia, exercendo as funções de Chefe de Missão (CMG/CF), Monitores e Supervisores (Capitães, Tenentes, Suboficiais e Sargentos).

Conclusão

Em um mundo globalizado, no qual as Forças Armadas assumem, dia-a-dia, maior responsabilidade de resgatar a dignidade humana, por meio de Ações Cívico-Sociais, Missões de Paz e Missões Humanitárias, o CFN sempre atua de forma eficaz e destacada aonde quer que a missão se apresente. Não poderia ser de outra forma nas Missões de Desminagem Humanitária, em que os Fuzileiros Navais são reconhecidos pelo seu preparo profissional, extrema dedicação, entusiasmo, iniciativa e liderança. “Ad Sumus”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - estão disponíveis na Revista Âncoras e Fuzis eletrônica, no site www.ciasc.mb